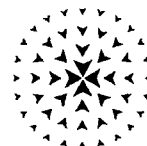


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, no Edifício Municipal Multiusos (Estrada Nacional 245) - Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais-Agregação Regional dos Serviços.**

**Presenças:**

**Membros da Assembleia Municipal:**

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

O eleito **Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio** fez-se substituir pelo eleito **Manuel Maria Moura Tavares de Carvalho Martins**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Marco Janeiro Rosa**.

O senhor Vereador **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes**, não esteve presente.

Registou-se a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos.

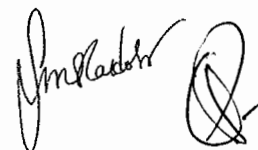
**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida de 20 de novembro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

Informou do ofício n.º 157, remetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, onde informava da renúncia do mandato da Vereadora Gabriela Tsukamoto, sendo esta substituída pelo Vereador Marco Paulo Janeiro Rosa.

Aproveitou para dar as boas vindas ao novo Vereador e desejar-lhe votos de bom trabalho em prol do Município e das populações.

Sublinhou que todos os eleitos tinham recebido o estatuto de direito de oposição, o relatório de avaliação de 2018, questionando se alguém eleito tinha dúvidas.



A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 5/2018 da sessão ordinária de 30 de novembro de 2018** à votação a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, aproveitou para em nome da Assembleia Municipal dar as sentidas condolências ao eleito e simultaneamente Presidente da Freguesia de Gáfete, José Garcia, pelo falecimento da sua mãe.

### PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

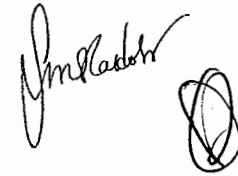
#### 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a informação da Atividade Municipal, tendo sido feitas intervenções por alguns eleitos da Assembleia Municipal, bem como pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, para solicitar ao senhor Presidente da Câmara, que este informasse para quando se perspectivava, apesar de neste momento já não ser da responsabilidade da Autarquia, a obra do Centro de Saúde do Crato. Questionou quais eram os ritmos do andamento da recuperação do Restaurante das Piscinas porque estávamos a avançar para o Verão e essas infraestruturas eram necessárias. Perguntou também quando poderiam considerar concluída a intervenção feita na antiga Moagem do Crato.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, informou que se congratulavam com a medida tomada pela Câmara Municipal no apoio às IPSS's do Concelho. Referiu que muitas vezes assobiavam para o lado quando algo de positivo acontecia, dedicando-se muito mais aos acontecimentos negativos. Referiu que esta atitude até podia ser correta, se pelo facto de se dedicar muito tempo às questões negativas, isso servisse para que as mesmas fossem corrigidas. Completou afirmando que de igual forma, sempre que existissem atitudes e medidas corretas também deviam ser registadas e elogiadas. Sublinhou que também se congratulavam por verificarem que algumas das recomendações feitas pela CDU, em Assembleia Municipal, estavam a ser concretizadas.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, disse que apesar de não terem apresentado proposta, deixavam a declaração de repúdio pela atitude assumida na Assembleia da República por aqueles que enchiam a boca com o interior, mas que chumbaram a proposta do PCP, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista Os Verdes, para



abolirem as portagens da A23 e da A25. Afirmou que esta era uma questão nuclear, porque se assim não fosse, não aplicavam portagens. Sublinhou que não estavam a falar de portagens a nível nacional, mas sim de portagens do interior, que pesavam muito no desenvolvimento económico. Acrescentou que este peso também se fazia sentir na atividade das empresas que utilizavam o transporte terrestre para transportarem as mercadorias e também se sentia na mobilidade das próprias pessoas. Completou que muitas pequenas questões como esta se fossem corrigidas, ajudavam no concreto o nosso interior.

Falou sobre a Barragem do Pisão, esclarecendo que sobre este assunto estavam bem treinados porque há muitos anos que lutavam pela mesma. Destacou que o Jornal de Notícias de 17 de fevereiro noticiava que o Governo tinha seis intervenções para realizar em seis barragens por causa da questão da água e do recurso. Explicou que essas seis intervenções nas respetivas barragens, tinham a ver fundamentalmente com a dotação de 3,56 milhões de euros para efetuarem o desassoreamento e limpeza em alguns lugares e noutros para efetuarem o levantamento/alteamento do paredão, aumentando desse modo o perímetro dessas mesmas barragens conseguindo maior capacidade de armazenamento de água.

Disse estar preocupado porque este programa não tinha sido concretizado, tocando no Distrito de Portalegre a questão da Albufeira de Póvoa e Meadas e do Açude do Carvalhal que se encontrava ligado à Barragem da Apartadura. Declarou que aquilo que mais o preocupava na notícia era quando na mesma afirmavam que não estava em cima da mesa a construção de pequenas barragens. Pensando que todos aqueles que se encontravam preocupados com o nosso território já tinham lido o 2030, o Orçamento de Estado, assim como o Programa de Ação da Unidade Para As Questões do Interior, sediada em Castelo Branco, perguntava o que tinham lido sobre a Barragem do Pisão. Pessoalmente, disse que já o começava a irritar o facto de que cada vez que um Ministro vinha ao Distrito de Portalegre não tivesse vergonha e respeito por quem aqui vivia e trabalhava, assistindo-se há vários anos a este espetáculo. Sublinhou que em ano de eleições os Ministros que nos visitavam tinham o Pisão no coração, mas faltava sempre a parte de algum que não tinha estado presente nestas visitas. Deu o exemplo das declarações de Capoulas Santos que garantiu ter a parte referente ao seu Ministério disponível para a Barragem do Pisão, mas faltar a parte referente ao Ministério do Ambiente.

Pedi que tivessem respeito para com o povo do Distrito de Portalegre e por isso manifestava este repúdio na Assembleia Municipal. Perguntou se não teriam ainda chegado à conclusão que já nos encontrávamos em período de seca, que independentemente da quantidade de água armazenada nas barragens e devido às



alterações climáticas, era urgente tomar medidas concretas para se começar a armazenar estrategicamente água. Lembrou também a urgência em se alterarem algumas das nossas culturas pela dependência económica que tínhamos em relação ao que importávamos, visto sermos insuficientes na nossa produção.

Acrescentou que esta situação era devido ao facto de muitas culturas terem sido destruídas e abandonadas por imposições das políticas da PAC, mas essa era a realidade com que éramos confrontados e alguma coisa tinha de ser feita para se inverter esta questão. Completou garantindo que não se melhorava, não se modernizava a agricultura, não se aumentava a produção nacional se não tivéssemos água capaz de trabalhar a produção e o abastecimento público.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, concluiu as suas declarações, afirmando achar que a apresentação da atividade da Câmara estava bem-feita, que dava saltos qualitativos apesar de sempre haver quem achasse, que algumas coisas eram insuficientes. Explicou que quando se lia a atividade da Câmara do ponto de vista político, existiam questões que iam logo confirmar, podendo-se em futuras Assembleias Municipais, com este tipo de trabalho, fazer-se uma avaliação que permitisse chamar a atenção, fazer recomendações, dizer que havia outras prioridades e que era necessário arrear caminho. Declarou que o grupo da CDU se congratulava com este instrumento de trabalho facultado e que com toda a certeza lhe dariam redobrada atenção para cumprirem o papel que ali os levava, contribuindo com a crítica, a sugestão e as ideias de cada um, para melhorarem a resolução dos problemas do Concelho e das populações.

Tomou a palavra o eleito **José Carrilho**, do PSD, fazendo referência ao problema que se estava a passar no cemitério do Crato, onde há dois anos não havia terreno para campas novas, estando-se a fazer o levantamento das sepulturas antigas. Questionou se o senhor Presidente da Câmara estava atento a esta realidade, de modo a que não se viesse a criar ali um problema grave. Reforçou a questão colocada pelo eleito Fernando Carmosino, da CDU, sobre o Centro de Saúde do Crato, recordando que no jornal do Município tinham tido a informação de que a obra arrancaria em outubro.

Sublinhou que no passado mês de novembro o eleito Fernando Carmosino, da CDU, tinha ali colocado a mesma questão ao senhor Presidente da Câmara e este tinha esclarecido que as obras começariam em janeiro/fevereiro. Lembrou que estávamos em finais de fevereiro, intensificando a questão sobre o início das obras.



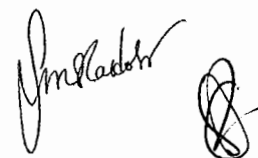
O eleito **José Carrilho**, do PSD, declarou que sobre a obra da Moagem/Jardim Temático sabiam ter existido uma empreitada, que existiam prazos a cumprir e que percebiam estarem à espera da resolução do eixo prioritário 2020. Questionou para quando previam o avanço das obras porque o local estava um autêntico matagal, dando pena ver a que ponto tinham chegado as obras da antiga Moagem.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, do PSD, para se associar ao reconhecimento da melhoria na qualidade do relatório, no qual se via um progresso nítido no seu conteúdo, na sua apresentação e na sua informação. Sublinhou que gostaria de comentar um aspeto particular que dizia respeito ao setor da Educação.

Recordou que há pouco tempo tinham saído os dados do ranking das instituições de ensino e olhando para a situação das nossas escolas no Concelho, concluíamos que não estávamos nada bem colocados. Sublinhou que como membro da Assembleia gostaria de um dia ter a oportunidade de poder ouvir o Conselho Municipal de Educação. Explicou que este era um órgão que existia e respondia à Câmara. Acrescentou que tinham na documentação um relatório muito curto do que fazia este Conselho, mas gostaria de perceber essencialmente aquilo que pensavam. Esclareceu que deste modo teriam a oportunidade de endereçarem um problema de fundo, evitando-o para o futuro do Concelho, sabendo dessa forma como melhorar o nível do sucesso educativo dos nossos jovens.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves**, do PS, realçando a qualidade da informação que lhes estava a ser prestada, vindo ao encontro daquilo que todas as forças políticas vinham a reivindicar. Declarou ser com apreço que registavam o agrado com que as restantes forças políticas estavam a demonstrar a forma como a informação estava a ser transmitida, da Câmara para todos os membros da Assembleia Municipal.

Sobre a atividade da Câmara realçou a reunião onde tinha participado, no mês passado, na dupla qualidade de membro da Assembleia e de dirigente associativo. Esta reunião teve a ver com o Regulamento que a Câmara estava a implantar, tendo em vista o apoio às Instituições e Associações do nosso Município. Frisou que na ausência de um tecido industrial, económico e até comercial, as Associações assumiam também por esse motivo, um papel muito importante no apoio direto, no desenvolvimento e no suporte de alguma qualidade de vida do Município. Declarou ser com agrado que viam o apoio e a forma como estava a ser tratada esta situação, criando-se um Regulamento, de modo a que soubessem com aquilo que contavam e tendo da Câmara não só o apoio, mas também estabelecerem uma parceria estratégica naquilo que pudessem fazer.



O eleito **João Gonçalves**, do PS, também em nome do associativismo manifestou o seu agrado pela forma como este assunto estava a ser tratado pela Câmara Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Miguel Romão Caldeira Batista**, do PS, para informar que na presente semana tinha tido a primeira reunião da Comissão Municipal de Trânsito, na qual representava a Assembleia Municipal. Esclareceu que dentro de dois meses teriam uma nova reunião e solicitava, caso tivessem algum contributo útil a dar, que o enviassem diretamente para ele ou para os Presidentes de Junta, que com toda a certeza estariam abertos a esta colaboração.

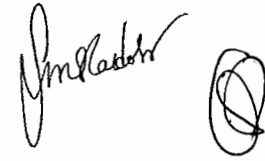
Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, questionando se a Câmara do Crato já tinha recebido, ou não, do Ministério da Educação a informação de qual o valor que tocava à Câmara do Crato. Explicou ser importante saberem para poderem fazer as contas entre as necessidades reais e aquilo a que o Ministério se propunha descentralizar. Esclareceu que o Ministério estava a informar quais os rácios que apresentava para o pessoal não docente, assim como outros e isso era importante para poderem fazer cálculos.

Sobre a saúde esclareceu que desde que existisse uma Unidade Local de Saúde tal como existia em Portalegre, as verbas da descentralização eram para essa Unidade Local e não para qualquer Centro de Saúde.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, cumprimentando todos os presentes e informando desejar dar algumas notas sobre as questões colocadas, tentando ser o mais breve possível.

Sobre o Centro de Saúde declarou que tal como era do conhecimento da Assembleia Municipal, este era um trabalho bastante árduo na questão de poderem eliminar determinadas situações de dúvida relativamente ao projeto. Afirmou que esse trabalho tinha sido eliminado, tendo sido conseguido. De seguida fizeram o pedido para dar parecer sobre o projeto do Centro de Saúde, o que veio a acontecer antes do final do ano. Declarou que depois desta etapa, com o parecer favorável, tinham feito o convite à empresa vencedora do concurso público para a mesma fazer a devida caução e a entrega de documentos de habilitação. Esclareceu que essa empresa tinha invocado falta de capacidade para executar o projeto, uma vez que tinha vários a decorrer e dos quais já tinha tomado posse.

Explicou terem passado para o segundo classificado do concurso que tinha entregado caução, visto o prazo limite de entrega ser no dia 11 de fevereiro. Segundo o Presidente do Conselho de Administração da ULSNA, a empresa



encontrava-se a entregar os documentos de habilitação para assinatura do contrato de adjudicação que ainda careceria de visto do Tribunal de Contas para poderem iniciar a obra. Concluiu que era este o ponto de situação, feito de forma transparente tal como sempre o fazia e com o acompanhamento possível. Lembrou que esta obra era da responsabilidade da ULSNA em que o Município se responsabilizava pelo pagamento de 50% do valor não financiado, ou seja, dos 15% do valor total da obra, pagariam 7,5%.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, declarou que as obras do Restaurante das Piscinas estavam concluídas, faltando iniciar uma nova tranche de trabalhos. Estes tinham a ver com a parte elétrica, mas aquilo que tinha sido adjudicado estava resolvido, estando pronto e seguindo para hasta pública brevemente. Explicou que esse trabalho seria feito em continuidade durante este ano, havendo mais trabalho ao nível das próprias piscinas, como a manutenção de tanques, reparação do ecrã gigante e reparação de algum material corroído na zona técnica, como por exemplo as luzes ultravioleta. Afirmou não colocar em causa o funcionamento das piscinas, mas teriam de fazer uma planificação durante estes anos para que tudo fosse resolvido.

Sobre o projeto do Jardim Temático da Moagem do Crato, adiantou que estava concluída a empreitada daquilo que tinha sido adjudicado, havendo uma nova empreitada que tinha a ver com omissões no projeto. Esta tinha a ver como a água, com pluviais, com enterramento de cabos nas ruas contíguas e com a substituição da opção de prado, em termos de plantação, por relva. Explicou que esta última alteração tinha a ver com o recurso de água existente no local. Declarou que a conclusão estava prevista para meados do mês de março com a implementação de algumas situações que eram necessárias colocar. Explicou que aquele projeto previa uma continuidade ligada à área digital, criando no local um circuito e uma história dentro daquele jardim. Garantiu que o digital não seria para já a opção porque não havia forma de o financiar tão brevemente, mas colocariam alguns elementos, abrindo à população e inaugurando o espaço para que o mesmo estivesse disponível para todos.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, declarou que de acordo com o compromisso assumido, tinham assinado os protocolos com as IPSS's do Concelho, dando nota, tal como tinha ficado escrito, que estes valores vinham da retenção do IRS, ou seja, que a receita arrecadada iria ser distribuída nesta vertente da solidariedade social.





Informou sobre a Barragem do Pisão que continuavam a trabalhar afincadamente, que era um assunto que merecia a sua atenção e a de muitas outras pessoas. Esclareceu não dar para peditórios de notícias fáceis e baratas, mas frisou que acompanhava essa postura. Afirmou que tentavam fazer com que este projeto fosse diferente, ou seja, que as dificuldades e as debilidades do mesmo, em termos de projeto, pudessem ser fortalecidas como novas opções. Explicou que era nesta vertente que vinham a trabalhar afincadamente, com membros do Governo, parecendo-lhe existir uma postura diferente daquela que existia há seis meses atrás. Garantiu não dar para o peditório de anunciar mais uma vez apenas por anunciar, solicitando a todos os presentes que mantivessem a postura de falarem positivamente sobre este projeto, não andando à procura de aspetos negativos. Solicitou que tudo aquilo que fossem contributos positivos, os fizessem chegar ao Presidente da Câmara ou a outra pessoa que entendessem poder transmiti-lo para ser valorizado. Completou dizendo que tudo o resto fazia parte da história deste projeto e fazia parte do conteúdo de quem o quisesse transmitir, mas não do seu. Afiançou que o seu seria sempre de forma positiva, trabalhando em conjunto, com a base num projeto suportado pela CIMAA. Desta forma, não seria o Presidente da Câmara do Crato sozinho, a anunciar ter feito a Barragem do Pisão, mas sim o Alto Alentejo a fazê-lo e a consegui-lo.

Relativamente ao Cemitério do Crato esclareceu que os dois anos referidos pelo membro da Assembleia que levantou a questão, pareciam-lhe curtos. Disse que por vezes entendia que o colocar destas situações era feito com alguma malícia, que era de propósito que se dizia ser há dois anos para se desviar a atenção e focarem-se apenas numa determinada questão. Afirmou que durante anos ninguém tinha olhado para este assunto, tal como muitos outros que existiam no Concelho do Crato. Esclareceu terem enterrado a cabeça na areia, uns com mais responsabilidade e outros com menos, tendo agora ali um problema grave. Afirmou que a questão não era, a não existência de campas e esclareceu existirem campas não adquiridas, não sendo por essa razão sepulturas perpétuas. Lembrou terem feito um edital, uma publicação, para que as pessoas reclamassem essas sepulturas. Informou ter sido feito pelos serviços um levantamento e neste momento estavam disponíveis algumas campas que iam sendo levantadas á medida das necessidades, não sendo preciso fazer-se um trabalho em massa e sem sentido. Afirmou que esta era uma situação urgente e grave, mas que estava feita a adjudicação à empresa que ia executar o novo projeto de alargamento do cemitério, tendo sido despachado nesta própria semana. Sublinhou já ter um projeto prévio, que em tempo seria apresentado o projeto definitivo e que o mesmo contemplava o alargamento do cemitério e uma capela mortuária.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, declarou que este era um projeto que responderia àquilo que eram as necessidades urgentes, assim como responderia às novas exigências daquilo que hoje era o funcionamento de um cemitério. Informou que teriam de fazer um pedido de empréstimo que levariam à Câmara Municipal para viabilização da construção deste projeto, assim como do projeto das oficinas municipais e parque de máquinas. Completou dizendo terem as condições para que até meados do mês de abril esta obra pudesse começar a ser executada, tendo a condição financeira por trás acautelada, visto não existirem financiamentos para cemitérios, capelas mortuárias, parques de máquinas e oficinas municipais. Concluiu que teriam de executar a capacidade de endividamento para resolver este problema que não se resolvia há anos.

Recordou que também o Cemitério de Monte da Pedra necessitava de ser concluído, estando-se a trabalhar com o Presidente da Junta da referida Freguesia sobre este aspeto. Encontravam-se a reunir toda a documentação na base daquilo que tinha sido feito para corrigir alguma coisa que não estivesse tão correta, para poderem terminar a obra.

Na Freguesia de Aldeia da Mata salientou a necessidade de iniciarem o processo de alargamento, pensando que a questão do terreno adquirido e o devido registo do mesmo era tranquilo. Depois, poderiam começar a trabalhar com o Presidente da Junta de Freguesia, iniciando a fase de projeto e avançar.

No cemitério de Vale do Peso era necessário adquirir terreno, fazer projeto de alargamento e executar.

Na Freguesia de Gáfete era urgente fazer uma requalificação daquela zona do cemitério para colocarem mais ossários, podendo desse modo dar resposta às necessidades. Completou dizendo que os únicos que não apresentavam problemas eram os cemitérios de Flor da Rosa e das Mártires, pois respondiam às exigências atuais. Sublinhou que estes dois últimos cemitérios que tinha referido eram da competência da Junta de Freguesia. Afirmou ser intenção do Presidente da Câmara assumir esse trabalho para a Câmara Municipal resolver o problema, sendo mesmo uma obra de âmbito municipal e resolvendo o assunto de uma vez por todas. Afirmou que tentariam ser equilibrados, respondendo às situações mais urgentes, terminando uma que já se encontrava iniciada pois não fazia sentido mante-la desta forma.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, declarou que concordava com a sugestão de o Conselho Municipal de Educação fazer uma pequena apresentação neste órgão e como tal, daria boa nota deste assunto. Recordou existir um investimento avultadíssimo da parte do Município na educação do Concelho,



nas condições criadas e lembrou que a preocupação dos membros da Assembleia era também a sua preocupação. Chamou a atenção para o facto de a nossa escola ter dois professores por cada turma do 1º ciclo. Referiu terem conseguido isto na nossa escola, sublinhando que a capacidade de apoio aos jovens era uma questão muito importante.

Disse tentar passar declaradamente esta mensagem para que os pais tivessem a noção da responsabilidade que era necessária existir, por parte de cada um, perante as condições que eram dadas no Agrupamento de Escolas do Crato. Sublinhou, também ser dito por muitos professores que tinham contacto com outras realidades, que as condições colocadas no Agrupamento de Escolas do Crato, não existiam em muitos outros. Afirmou não estar preocupado com rankings porque de alguma forma estes podiam ser manipulados, bastando para isso alterar o centro de uma questão, colocando a percentagem mais de um lado ou do outro, para que o ranking tombasse para qualquer um dos lados.

Deu o exemplo do Município de Fronteira, onde não conseguia compreender se tinham a melhor ou a pior situação do país, pois num ranking apareciam em primeiro lugar e noutra, em último. Reafirmou não estar minimamente preocupado com essa questão, que cada um podia fazer o que quisesse com os rankings, as percentagens e os rácios. Garantiu que a ele, aquilo que o preocupava, era o investimento brutal feito com a colocação de pessoas especificamente pagas pela Câmara, para darem apoio à escola e os resultados que apareciam nas pautas, não serem aqueles que queriam.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, explicou não terem feito reuniões apenas com as Associações, agradecendo a forma como tinha sido colocado, pois achava importante o envolvimento das mesmas. Referiu que deveríamos ser dos Concelhos do Distrito que mais apoio dava às Associações. Afirmou não se comprometer com esta atitude para o futuro, sendo necessário fazer uma inversão da mesma, pela capacidade de investimento necessária noutras áreas. Frisou que as Associações teriam de ser mais criativas, mais autónomas e mais realistas com a sua própria situação. Garantiu ser impossível manter este apoio às Associações e declarou que isto lhes tinha sido transmitido.

Disse que pediam à responsabilidade de cada um dos eleitos, para que não usassem politicamente esta decisão de forma má e leviana, pois era do conhecimento de todos que esta situação seria impossível de manter. Completou, esclarecendo, ser necessário estarem ao lado Presidente da Câmara tal como acontecia até ao momento. Sublinhou nunca ter sentido o contrário e apesar de serem eleitos por diferentes partidos, tiveram a



coragem de estar em reuniões com as Associações e assumirem esta postura com o Presidente de Câmara. Completou afirmando que não podiam dar cerca de 320 mil euros de apoio às Associações, durante um ano, com o orçamento que tinham. Explicou que uma parte desse valor devia ser injetado em investimentos relacionados com a manutenção do património e outros. Elucidou que todas estas situações, quer de Protocolos, quer de responsabilização através dos mesmos com as Associações, tinham de ser invertidas.

Lembrou também uma reunião feita com os empresários e comerciantes do Concelho do Crato, onde a ADERAL esteve presente para fazer uma exposição de algumas hipóteses de apoio que existem para as empresas e comércio, no sentido de se poderem financiar alguns projetos.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, deu nota sobre a reunião da Comissão Municipal de Trânsito que decidiu fazer um levantamento integral da sinalética e sentidos de trânsito, nas estradas e vias do Concelho. Esclareceu que teriam por base este documento, desenvolvendo depois tudo aquilo que o eleito Miguel Batista ali tinha transmitido. Haveria a disponibilidade de se aceitarem sugestões e contributos, podendo os mesmos serem discutidos, para depois fazerem as respetivas alterações.

Sobre a descentralização informou terem recebido logo no início, o mapa com alguns valores relativos ao envelope financeiro que deveria vir anexo. Responderam ao mesmo, colocando algumas questões. Informou que ainda nada tinham recebido relativamente ao trabalho que devia ser feito em trinta dias sobre a projeção de custos e de valores a transferir, mas visto o prazo ainda não estar esgotado, aguardavam o resultado para analisarem e poderem responder com toda a documentação que pudessem ter ao dispor.

Concluiu as suas declarações, voltando ainda às questões dos cemitérios. Esclareceu que relativamente às reuniões de trabalho, facilmente concluiriam haver um trabalho a ser desenvolvido, visto existirem algumas reuniões com uma equipa de projetistas, relativamente ao cemitério, bastando para isso ler-se o relatório de atividade do Município.

Tomou a palavra o eleito **Frenando Carmosino**, da CDU, perguntando se o senhor Presidente da Câmara tinha alguma informação sobre o potencial encerramento dos CTT no Crato.

Tomou a palavra o eleito, **José Carrilho**, do PSD, para esclarecer que as suas questões nada tinham de malicioso e reafirmou que o terreno para campas novas tinha deixado de existir há sensivelmente dois anos. Elucidou não ter dito ser há mais anos que é necessária a intervenção no cemitério do Crato.



Tomou a palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, esclarecendo ter participado num grupo de trabalho sobre a questão do encerramento das lojas dos CTT. Informou terem sido confrontados na CIMAA com o encerramento da loja de Fronteira e depois desta situação estiveram reunidos com um membro do Conselho da Administração da empresa em causa. Clarificou ter-lhes sido dito, haver a intenção de encerrarem algumas lojas, ao qual retorquiu que o problema estava basicamente no facto de colocarem a tónica na palavra “encerrar”.

Recordou que depois de ter feito este reparo a própria pessoa tinha mudado o “encerrar”, para “transferir” alguns serviços para um parceiro ou algo semelhante. Acrescentou terem tido a oportunidade de fazer duas ou três propostas, nomeadamente a integração destes serviços com outros que se encontravam englobados naquilo que é a descentralização de serviços do Estado. Afirmou terem sido discutidas abertamente algumas situações e a partir dessa data não tinha havido evolução nenhuma sobre o referido assunto. Sublinhou não saber se a transferência do serviço em Avis tinha sido efetuada, visto haver essa intenção. Completou não saber mais sobre o assunto, mas que dentro do seio do Partido Socialista existiam vontades diferentes sobre o serviço de concessão público dos CTT, existindo diversas interpretações.

Elucidou que não pretendia misturar-se muito na discussão do assunto em causa, achando que esta sua atitude era compreendida por todos. Concluiu que tendo por base aquilo que entendia ser o serviço às populações, achava ser necessário ter alguma atenção no que fosse a concessão do serviço a partir de 2020, devendo ser construído de forma inteligente, de modo a garantir acima de tudo o serviço prestado às populações. Garantiu não estar muito preocupado com aquilo que vendiam nestes locais, o que lhe interessava era que o serviço fosse prestado às populações de uma forma cuidada, com o olhar daquilo que eram os compromissos relativos ao serviço sobre prazos e timings, não tendo o resto substancial importância.

Sobre o cemitério confirmou também não ser há dois anos a falta de campas disponíveis, mas isso também não era um assunto importante. Acrescentou que a tónica em como se colocavam as questões, levava a quem não soubesse nada do assunto, quem nunca tivesse ouvido falar do mesmo, ou que fosse a primeira vez que ia a uma Assembleia Municipal, entendesse que isto era uma coisa completamente distinta daquilo que ali estavam a discutir, frontalmente e com o conhecimento daquilo que cada um dizia ao outro. Destacou que quem vinha pela primeira vez a uma Assembleia Municipal podia ser induzido em erro, com a maneira como a pergunta era



colocada. Concluiu que estavam a “duzentos à hora” para resolver o problema, mas não era necessário e já podia estar resolvido ou pelo menos já devia estar iniciado.

Tomou a palavra a eleita, **Natália Castelinho**, do PS, para tecer algumas considerações sobre o ranking na Escola do Crato. Afirmou ser uma realidade, o facto de não conseguirem ocupar os primeiros lugares, porque esses, estavam para os colégios privados.

Disse que na Escola do Crato davam muita importância e trabalhavam muito o domínio das atitudes e dos valores, menos o domínio cognitivo. Explicou que aquilo que era valorizado nos exames de aferição e nos exames nacionais era o domínio cognitivo e como tal, não conseguiam chegar ao mesmo. Lembrou o contexto social e cultural das nossas crianças e sublinhou que tendo em conta estes dois aspetos, a nossa Escola estava muito acima do esperado. Frisou a importância da família na Escola e para a Escola, declarando terem alunos que chegavam constantemente atrasados por serem eles que iam levar o irmão ao infantário, visto a mãe começar a trabalhar às seis da manhã.

Expôs ter estado afastada da nossa Escola durante alguns anos e pelos locais onde tinha passado, em nenhum encontrou uma nutricionista, uma assistente social, uma animadora social e duas psicólogas que não tinham mãos a medir. Completou afirmando que quando falavam de rankings não podiam comparar o interior com o litoral, não podiam comparar crianças com pais analfabetos, com crianças filhas de dois quadros superiores, alguns com mestrado e outros com doutoramento e que pagavam 500 euros de mensalidade do colégio que frequentavam. Declarou que os nossos meninos quando chegavam a casa deixavam a mochila nas escadas e no dia seguinte esqueciam o livro de História e Geografia e não levavam os trabalhos de casa feitos porque os pais não tinham tempo para trabalharem estas situações com os filhos, sendo necessário haver disponibilidade, coisa que não existia.

A eleita **Natália Castelinho**, garantiu fazerem o melhor possível pelos alunos na Escola, declarando que o Presidente da Câmara fazia também o melhor possível para tudo dar, tanto a nível material, como a nível de instalações, as quais muito tinham melhorado. Disse terem os alunos que tinham, que os professores iam sempre rodando, não sendo nunca os mesmos, estando-se muito acima do nível esperado, tendo em conta o ambiente social dos alunos. Concluiu que podiam solicitar a presença do Conselho Municipal de Educação para uma próxima Assembleia Municipal porque de certeza teriam mais dados para fornecerem a todos.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, do PSD, declarando ter gostado muito de ouvir a eleita Natália Castelinho. Sublinhou que o seu comentário, feito na anterior intervenção, tinha o valor que tinha, tal como o senhor Presidente também o referiu. Acrescentou que tal como o senhor Presidente tinha sublinhado na questão dos cemitérios, uma coisa era estarmos a falar com pessoas que conheciam o conteúdo das questões e outra eram as coisas vistas de fora. Completou dizendo que no seu entender ambas as coisas eram importantes até para a forma como o Crato e todos eles se afirmavam na sociedade nacional. Reafirmou ter ouvido com muito gosto, respeito e reconhecimento a eleita Natália Castelinho, não só naquilo que a ela própria se referia como em relação aos próprios colegas. Completou que depois de ouvir estas declarações, concluía que o Concelho do Crato tinha de fazer um esforço de envolvimento da sociedade do Crato, da população e das Associações do Crato, no apoio ao percurso educativo dos miúdos, nomeadamente na parte cognitiva.

Expôs que este envolvimento talvez tivesse de ser feito por formas invulgares, havendo muitas ideias que se podiam discutir, mas que só teriam capacidade de se concretizar se a nossa sociedade, a nossa população, se quisesse envolver a sério. Deu o exemplo do responsável educativo, português, do qual não se lembrava o nome, algures na Flórida e que contra tudo e todos conseguiu agarrar num distrito educativo que estava nos últimos lugares e colocá-lo nos primeiros lugares dos Estados Unidos. Revelou que o senhor fez coisas inacreditáveis com os meios que tinha e talvez o devessem convidar para ele vir falar connosco. Frisou que o cenário e o enquadramento eram diferentes, mas seria um exemplo estimulante de ver.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, explicou confrontar-se com problemas que não eram do nível cognitivo, mas sim do nível de comportamentos, à entrada da universidade. Esclareceu que os jovens chegavam à universidade a saber mais, mas não sabiam ler, não sabiam escrever, não sabiam falar, não sabiam trabalhar em conjunto, não se sabiam comportar e não tinham hábitos de planeamento nem de disciplina. Disse que desde há quatro anos, que os seus estudantes de primeiro ano de Informática, depois de um acordo feito com a Academia da Força Área, estavam a começar o ano letivo em *bootcamp*, em ambiente militar, antes de começarem propriamente as aulas. Afirmou que esta decisão estava a mudar completamente o ensino do primeiro ano.

Explicou que os miúdos adoravam estar num ambiente onde havia disciplina, onde havia quem mandasse e onde trabalhavam em equipa e isto motivava o comportamento dos jovens perante a aprendizagem cognitiva. Completou que caso conseguissem envolver as Associações e os pais, criavam um outro ambiente e que seria



interessante para a Assembleia Municipal poder conversar com o Conselho Municipal de Educação. Acrescentou que desse modo, ouviriam mais para poderem dar ideias e colocarem o movimento para a educação a andar com os próprios meios. Declarou não ser com milagres que se conseguia alguma coisa, mas sim com meios e parecia-lhe, tal como se estava a ver, que já tínhamos bastantes recursos.

Expôs que a Câmara estava a dar muitos meios à Escola, levando-o a concluir que neste momento o problema possivelmente não estava na Escola, mas sim no meio ambiente, tal como tinha referido a eleita Natália Castelinho. Terminou declarando, ser um assunto a tratar.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, dizendo concordar com aquilo que tinham dito os dois últimos eleitos e não haver dúvidas que colocar a falar as pessoas que percebiam dos assuntos fazia toda a diferença. Afirmou que as duas últimas intervenções tinham sido excelentes e que de alguma forma resumiam aquilo que vinha a acompanhar no Conselho Geral da Escola, do qual fazia parte. Sublinhou que aquilo que se destacava, era algum tipo de comportamento relacionado com alguns alunos, como a falta de concentração nas aulas e falta de acompanhamento em casa, no contexto social e familiar. Expôs achar importante o trabalho de alguns técnicos que estavam na Escola e que a eleita Natália Castelinho tinha frisado.

Afirmou estar a notar que este trabalho estava a começar a produzir efeito e que apesar de ser um trabalho silencioso e que não se via, causava muito resultado. Disse achar que a Escola tinha um corpo docente muito motivado, com organização e que estavam disponíveis para integrar e trabalhar tudo aquilo que lhes era solicitado. Completou dizendo parecer-lhe terem um trabalho muito maior a fazer nos aspetos da envolvente exterior ao aluno, do que propriamente ao aluno em si mesmo.

Recordou a existência de alguns projetos que tinham ficado de fora, mas que gostaria muito que fossem implementados, nomeadamente o ensino da música dentro da Escola e a prática de desporto coletivo na Escola em conjunto com as Associações. Sobre esta última questão disse que iam conseguindo realizar trabalho, mas sobre a questão da música, pensava que podiam ter outro posicionamento. Recordou que a determinada altura, tinham feito propostas no sentido de as mesmas poderem ser uma realidade, achando ser muito importante, porque a música transmitia intrinsecamente sensações únicas aos alunos, assim como a prática do desporto coletivo.





Garantiu haver uma atenção muito forte na educação/ensino e haver total abertura para poderem fazer chegar exemplos e novos projetos à Câmara Municipal. Afirmou que estes seriam canalizados para a direção da Escola, podendo-se deste modo trabalhar em conjunto.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, sublinhou que este trabalho que faziam com a Escola, era uma das coisas que o fazia acreditar muito nos processos de descentralização de competências, vendo aquilo que já tinham feito e o que estava a ser preparado para o futuro.

**2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais-Agregação Regional dos Serviços**

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, começou por contextualizar o tema a discussão. Referiu que os executivos e Assembleias Municipais de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel aprovaram em devido tempo a intenção de formar um Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais, através da criação de uma empresa intermunicipal, com capitais exclusivamente dos municípios, assim como, a apresentação de candidaturas ao programa operacional de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, através de um município líder conforme o artigo 96.º do regulamento do POSEUR, com a indicação do Município de Portalegre para esta função. No entanto, o Município de Portalegre acabou por deliberar não aderir ao sistema, pelo que se impunha de imediato, proceder à indicação de outro município que assumisse, em representação dos restantes, a apresentação das candidaturas ao POSEUR em função dos avisos abertos ou a abrir, até a institucionalização da empresa Intermunicipal em formação.

No conselho intermunicipal realizado em 11 de dezembro de 2018, por unanimidade, foi deliberado indicar como município líder do processo, o município de Ponte de Sor, considerando que, de entre todos os aderentes ao sistema era o de maior população e número de consumidores.

Assim, e considerando que os municípios nos seus órgãos competentes deliberaram a intenção de adesão com a informação conforme todas as indicações existentes até ao momento, de que o líder seria o município



Portalegre, ao verificar-se a alteração referida impõe-se informar em conformidade, ao colocar desde logo à consideração o acordo de colaboração que se junta.

Para este efeito, apresenta-se a proposta que segue semelhante à anteriormente colocada à consideração, com as atualizações decorrentes da evolução do assunto.

**Considerando que:**

1. As atividades de abastecimento público de água às populações e de saneamento de águas residuais urbanas, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente;
2. É por isso fundamental, a prestação de um serviço eficiente e com qualidade para garantir a fixação e atração de empresas e famílias para a Região;
3. A gestão direta por cada Município dos serviços de água e saneamento, apresenta fortes dificuldades, com limitados recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros, sendo necessário adotar formas de gestão capazes de gerar eficiência e sustentabilidade económica e financeira;
4. Para o efeito, como tem sido estudado e preconizado nos vários documentos estratégicos para o setor, é necessária uma dimensão mínima, capaz de dar resposta aos exigentes níveis de serviço atuais;
5. Tal dimensão só se consegue através da agregação dos serviços de vários municípios vizinhos, numa única entidade profissional e geradora de escala e exclusivamente dedicada aos serviços de água e saneamento;
6. Os municípios de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel - que em conjunto representam uma população de 54.142 residentes - isoladamente, servem populações entre os 3.165 e os cerca de 16.722 habitantes;
7. A pequena dimensão dos municípios é manifestamente insuficiente para promover um serviço moderno, eficiente e capaz de garantir a sustentabilidade futura num contexto de decréscimo populacional que a maioria destes municípios enfrenta;
8. Neste contexto, os municípios, através da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo procederam à contratação de uma entidade externa de assessoria para os trabalhos de natureza jurídica, financeira,



engenharia e gestão, necessários à constituição da Empresa Intermunicipal que agregue os seus serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, que nesta data estão em concurso com o total empenhamento e dedicação das estruturas e serviços de todos os municípios e da CIMAA;

9. Com a dimensão resultante da agregação, é possível dotar os serviços de meios humanos especializados e de recursos técnicos e tecnológicos necessários a uma gestão controlada, eficiente e moderna, introduzir eficiência e qualidade de serviço, criar economias de escala, promover os investimentos de ampliação e renovação das infraestruturas de água e saneamento, criar um padrão de serviço transversal e idêntico para o conjunto dos municípios aderentes, introduzir um sistema tarifário único e comum a todos e atrair financiamentos para promover os investimentos urgentes e absolutamente necessários para garantir a continuidade e sustentabilidade dos serviços;

10. A respeito da capacidade de atração de financiamento releva, nomeadamente, o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – POSEUR, que em 22 de outubro de 2018 (Aviso POSEUR 12-2017-05), designado por “Ciclo Urbano da Água (CUA) – Operações Promovidas por Entidades Gestoras Agregadas”, prorrogou o prazo de apresentação das candidaturas até 28 de fevereiro de 2019.

11. Foi também publicado em 13 de dezembro de 2018, o Aviso POSEUR- 12-2018 – para o controle e redução de perdas no sistema de distribuição de água em baixa, com duas fases de apresentação de candidaturas até 8 de março e 26 de abril, respetivamente.

12. Estando a decorrer o estudo técnico financeiro e jurídico para a agregação dos serviços municipais através da empresa intermunicipal, e sendo possível a apresentação das referidas candidaturas pelo município líder, nos termos de um Acordo de Colaboração a celebrar entre os municípios integrantes do sistema em formação, vem a Câmara consubstanciada na decisão tomada através de deliberação nº 52, inserta na Minuta da Ata nº 5 de 20 fevereiro de 2019, propor a Assembleia Municipal que delibere o seguinte:

12.1. Revogar a deliberação n.º 5 inserta na ata n.º 4/2018 de 29 de setembro de 2018, da Assembleia Municipal;

12.2. Aprovar a apresentação de candidaturas conjuntas ao POSEUR, indicando o Município de Ponte de Sor como Líder, nos termos do artigo 96º, do Regulamento do POSEUR, com posterior transferência da decisão de aprovação e da posição contratual para a Entidade Gestora, logo que esta seja constituída.



12.3. Aprovar o Acordo de Colaboração que se junta, onde se identifica o Município de Ponte de Sor, como Líder e para efeitos de prossecução do artigo 96º, da Portaria n.º. 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, afirmando que nada mudava em relação ao que já tinham discutido, acrescentado que quem tinha mudado, tinha sido a “noiva”. Explicou que tinha mudado a “noiva” de Portalegre para o “noivo” da Ponte de Sor. Salientou que estava muito bem explanado o número de cidadãos, podendo-se sempre colocar na frente da informação que os dados eram de 2011.

Afirmou que se fosse à data atual não conseguiriam constituir o consórcio, porque infelizmente, eramos muito menos. Completou que ficavam a aguardar, com aquilo que tinha sido aberto na primeira candidatura através dos Ciclos da Água. Lembrou que os prazos do primeiro aviso tinham sido prorrogados cinco vezes pois faltava sempre um bocadinho para aquilo que pretendiam.

Afirmou saberem aquilo que desejavam que mais não era do que a verticalização do sistema e a privatização da água em baixa nos Municípios que com isso concordassem, achando esta situação a melhor coisa para as populações. Explicou que a Câmara de Portalegre não o tinha achado assim, porque aqui a água dava lucro, não sendo deste modo fácil juntar-se aos outros Municípios, quando este era um dos Concelhos com mais habitantes. Acrescentou que Elvas e Campo Maior já se tinham antecipado a tudo isto, entregando o assunto à AQUALIA, vendo-se livres das dívidas e quem quisesse que pagasse a fatura. Lembrou os dois Municípios que não se tinham juntado ao restante grupo (Monforte e Avis) assumindo arcar com a situação, independentemente de não os financiarem. Completou lembrando que estes dois Municípios não tinham os “tais requisitos” produzidos para obrigarem as Câmaras a agregarem-se.

Sublinhou que no Concelho de Monforte as águas do Norte Alentejano apenas tinham a água **em** meio Concelho, sendo a restante da própria Câmara, o que também facilitava as decisões. Expôs irmos para um cenário em que cinco Municípios, do conjunto dos três, tinham situações diferenciadas e agora tinham a agregação onde se encontrava o Concelho do Crato.

Declarou terem de deliberar, mas apontou serem coerentes nas atitudes que tomavam apesar do momento romântico que tinham tido na política do Concelho. Recordou, quando uma Vereadora da CDU votou ao contrário da orientação e os eleitos da Assembleia votaram de acordo com essa mesma orientação. Concluiu que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

essa atitude se iria manter e que os eleitos da CDU, nesta Assembleia Municipal, votariam contra a proposta seguinte.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, elucidou que os dez Municípios que se tinham decidido agregar, tinham-no feito também, com a intenção de manterem a gestão da água na sua própria esfera. Declarou que alguns Municípios, sofrendo pressões para eventualmente fazerem coisas diferentes, decidiram juntar-se aos restantes. Lembrou necessitarem de investimento, necessitarem de resolver problemas que tinham nas redes de abastecimento de água e nas redes de águas residuais, pretendendo aproveitar este ciclo de financiamento que estava a vir e no qual queriam estar dentro. Expôs que não deviam deixar passar a oportunidade e que os Autarcas e os Técnicos teriam de ter coragem para as muitas horas de trabalho exigidas.

Afirmou que aos Técnicos já estava a ser exigido um trabalho substancial para responderem até ao dia 28, esperando que conseguissem ter tudo pronto até ao dia referido para submeterem esta candidatura. Sublinhou que era uma corrida contra o tempo, mas desta vez parecia que não haveriam mais adiamentos. Referiu sentir que quando estavam neste ciclo de trabalho conjunto, de pessoas que deitavam para trás o interesse de cada Município, conseguindo-se agregar para enfrentarem problemas de há muitos e muitos anos em cada um deles, tendo a coragem de enfrentar estes desafios, sentia estar a fazer um trabalho que o realizava e onde achava que acrescentava. Esclareceu que tanto o Município de Elvas como o de Campo Maior, tinham deixado alguma abertura, para que mediante resolução do contrato que tinham, pudessem vir a integrar esta empresa, bem como os outros Municípios, independentemente da postura mais aberta ou mais fechada de cada um deles.

Explicou existirem Municípios que também não se percebia muito bem a sua posição, que no início estavam dentro do projeto e agora já estavam fora, mas todos eles demonstravam uma grande curiosidade em saber no que ia dar todo este empreendimento. Completou que apesar de não se terem vinculado ao referido projeto, neste momento, não deixavam para trás a forma de estarem presentes e desejarem integrar esta empresa. Completou que os dez Municípios aderentes estavam a ser corajosos, estavam a fazer um trabalho hercúleo para responderem às datas e aos compromissos que estavam em cima da mesa.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, para dizer que estava de acordo com o senhor Presidente da Câmara, mas não podia deixar de referir ser tão corajoso entrar no projeto como não entrar, pois eram conceções diferentes. Explicou existir quem não tinha entrado, julgando ser esta a melhor maneira de



defender o seu Município, assim como, quem tivesse entrado, agregando-se a este sistema e com estas regras, pensando ser o correto.

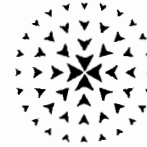
Afirmou não terem necessidade de fazerem discursos pesados e explicou que se durante os próximos oito anos, os Municípios de Elvas e Campo Maior aderissem integralmente com a baixa, a este sistema, teria muito orgulho e muita honra em pagar um almoço ao senhor Presidente da Câmara. Lembrou as cláusulas de blindagem das empresas privadas, que sabiam como funcionavam e disse já terem sido enganados pelas Águas do Norte Alentejano, assim como pela Valnor.

Lembrou também que o negócio do século era a água e os resíduos e cá estaríamos para ver. Afirmou conhecer Municípios da CDU que se tinham aliado a Municípios vizinhos para estudarem a possibilidade de poderem renunciar inclusivamente à alta, em relação às Águas do Norte Alentejano e às Águas do Ribatejo. Os advogados dos referidos Municípios tinham chegado à conclusão que as cláusulas de blindagem não davam para renunciar, tendo os mesmos de vender água durante muitos anos para pagarem as indemnizações. Identificou estes Municípios como sendo o de Monforte e o de Arronches, podendo a AQUALIA ir buscar água a partir de Badajoz, pois tinha uma capacidade grande.

Afirmou que esta empresa tinha durante 25 ou 30 anos a exploração da água em baixa na nossa vizinha Espanha. Completou que os dados estavam lançados, mas lamentavam que as regras do jogo, em termos da transcrição das normas comunitárias, não fossem iguais para todos os Municípios.

Explicou que caso as regras fossem iguais, todos os Municípios por si, podiam-se candidatar na base do tal regulamento, mas este dizia que tinham de ter 50 mil habitantes e ter continuidade geográfica no mínimo de três Municípios. Questionou o porquê de todas estas cláusulas e garantiu que tudo isto estava estudado. Elucidou fazerem as simulações do Ministério da Administração Interna e com o cadastro saberem perfeitamente qual era a dose.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, esclareceu que no caso de as regras serem iguais para todos e os Municípios de livre vontade poderem aderir, pois apesar de dizerem que havia liberdade, esta existia caso não fossem condicionados, recordando que neste caso, os Municípios com maiores dificuldades tinham sido condicionados. Afirmou ainda existirem questões que tinham de ser bem interpretadas. Sublinhou o segundo anúncio onde se dizia ser o mesmo para fechar circuitos e não para expandir rede, nem para a remodelação da



mesma, mas sim para corrigir percas. Expôs que nesta última questão estava a instalação de tecnologia para controlar os caudais e a substituição de algumas condutas, não sendo para a remodelação total. Completou estarmos perante situações das quais todos conheciam os dossiês, assim como todos conheciam as opções políticas que tinham sido tomadas.

Elucidou que no caso concreto do nosso Município, com a decisão tomada pela maioria, iriam fazer o percurso, vendo se a todo o momento havia a capacidade de poderem arrepiar caminho e experimentar. Concluiu afirmando também pagar o almoço, caso a água ficasse ao mesmo preço.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves**, do PS, explicando que na opinião do seu grupo, parecia-lhes existir uma certa lógica e razoabilidade nas medidas que estavam a ser tomadas. Esclareceu existirem dez Municípios, de diversas cores políticas, que tinham entendido, ser esta a melhor solução. Respeitavam aqueles que não queriam, assim como as opiniões porque todas estas tinham sempre algo de válido.

Reforçou existirem dez Municípios que se tinham resolvido associar, cumprindo aquilo que estava regulamentado. Chamou a atenção para o facto de serem necessários dez Municípios para conseguirem atingir o número dos 50 mil habitantes, salientando que só o tinham conseguido porque o Município da Ponte de Sôr se juntou aos restantes. Declarou achar que não se devia fragmentar o Norte Alentejano em pequenas quintas independentes e isoladas sem qualquer capacidade de reivindicação.

Questionou como podia um Presidente de Câmara chegar a Lisboa, querendo resolver um problema da água, com três mil e poucos habitantes no seu Município. Garantiu que o mesmo Presidente se lá chegasse, representando uma comunidade de cinquenta mil munícipes, naturalmente que teria outra força de reivindicação.

Revelou que aquilo que sempre os tinha preocupado, era o controlo ser na totalidade dos Municípios, estando esta preocupação contemplada nesta medida. Deste modo, seriam os Municípios, que iriam ficar a gerir através desta empresa, toda a situação da água em baixa. Completou garantindo parecer-lhe razoável toda esta questão, estando naturalmente de acordo com a mesma.

Tomou a palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, para reforçar aquilo que o membro da Assembleia Municipal, João Gonçalves, tinha proferido. Esclareceu que o tipo de solução que tinham

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

conseguido, permitia que fossem os Municípios os detentores de 100% do capital desta empresa. Sublinhou que existiam aqui questões difíceis de perceber e que só o conseguiam, quando começavam a trabalhar nas mesmas.

Explicou que isto tinha a ver com todas as regras e todas as garantias que eram exigidas aos Municípios que geriam as suas águas, relativas ao controle da Entidade Reguladora e a formas de acesso a financiamento. Elucidou que esta obrigatoriedade, geria-se por modelos de gestão, que tornavam viáveis ou não, a distribuição da água aos Municípios.

Afirmou que se podia questionar a existência de uma legitimidade e igualdade entre os Municípios, tendo eles mil habitantes ou tendo cem mil, mas era utópico em termos de gestão, por ser difícil ter uma mesma estrutura que servisse mil habitantes ou que servisse cem mil. Garantiu que cada vez mais seriam chamados a ter esta coragem para deterem modelos de gestão deste género. Explicou que caso olhassem para um modelo de gestão que estivesse a ser construído, percebiam automaticamente o que estava a acontecer e mais não era do que os Municípios com a sua estrutura, com melhor ou pior gestão da água que vendiam e pagavam, terem sempre um défice enorme relativamente à sua execução.

Perguntou quem pagava isso e respondeu que era o Orçamento do Município por opção. Recordou que no ano passado tinha levado à Câmara Municipal, uma alteração do tarifário e que o Município do Crato estava em incumprimento há vários anos relativamente aos mesmos, nomeadamente aos escalões e às taxas que eram obrigatórias estarem incluídas pela Entidade Reguladora.

Frisou que caso a água viesse a ser o negócio do século, teríamos de ter uma atenção redobrada para com a sua gestão. Esclareceu existirem questões com as quais podia concordar ou não e deu o exemplo de um Município que não recebia um metro cubico de água e pagava às Águas do Vale do Tejo como se lá colocassem a mesma.

Afirmou que não concordava com esta situação, assim como não concordava com o facto de determinados Municípios terem aceite as condições que as Águas do Vale do Tejo lhes davam sem terem garantido determinadas coisas. Expôs que neste último grupo entrava o Município do Crato e perguntou por que motivo não acautelaram a situação do Pisão, do Monte da Velha e do Sume. Perguntou porque não foi acautelada a questão da pressão da água no Monte da Pedra e no Crato, decidindo-se aceitar logo as condições que a água em alta estava a apresentar. Respondeu que pelo facto de termos passado um Verão muito complicado, em que a





qualidade da água estava a ser colocada em causa, de uma maneira repentina, mal pensada e mal fundamentada, decidiram ir logo para as Águas do Vale do Tejo.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo Santos Diogo**, esclareceu que aquilo que estavam a tentar, era com a melhor capacidade possível, poderem tomar uma decisão que lhes permitisse no tempo ter uma melhor qualidade da água, uma melhor gestão dos nossos recursos e investir na nossa rede de distribuição de água em baixa. Sobre o aumento do preço da água, referiu que o mesmo teria de acontecer, independentemente de fazerem ou não investimento porque aquilo que se passava na atualidade não podia continuar. Explicou que estávamos com um tarifário médio aos dez metros de cerca de dezasseis euros quando deveríamos estar a cobrar cerca de vinte e dois euros.

Afirmou que mesmo desta forma ainda tinha na Câmara Municipal quem lhe dissesse que não concordava com o tarifário, porque primeiro tinha de haver investimento. Questionou onde o ia buscar, que capacidade de investimento tinha para conseguir chegar aos vinte e dois euros. Declarou não ter e questionou qual era a festa organizada pelo Município que cobria o investimento que tinham de fazer na rede de águas e na rede de saneamento. Expressou que quando diziam que o valor de um artista trazido ao Festival cobria essa despesa, essa atitude era pura demagogia.

Solicitou que houvesse responsabilidade naquilo que tinham de fazer e aceitava assim como percebia tudo. Expôs compreender a existência de Municípios que sonhavam ter a hipótese de resolver o problema de uma forma isolada, apesar de achar que não era nessa direção que se estava a caminhar e que a Entidade Reguladora não os ia deixar fazer isso.

Completou declarando que ou deixavam passar mais uma vez o comboio, ou tentavam entrar nele e na sua opinião tinham autarcas à altura para entrar no mesmo. Afirmou que a maioria da Câmara também tinha sido desta opinião, assim como a maioria da Assembleia Municipal. Referiu não se encontrar ali para atacar ninguém, pedia que se respeitassem uns aos outros, que tanto os que votaram favoravelmente como os que votaram contra, trabalhassem em conjunto no sentido de perceberem que modelo iria ser apresentado, porque isso iria acontecer à posteriori.

O senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo Santos Diogo, explicou que era importante que se estivesse atento à maneira como a empresa ia funcionar, como ia ser gerida a parte operacional, onde iriam buscar

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 2/2019, DE 24 DE FEVEREIRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

investimento, qual seria o capital social de cada Município, porque essa era realmente a parte mais relevante, pois a viabilização da empresa era apenas um pequeno passo. Sublinhou que depois desta etapa vinha o trabalho árduo apresentado com rigor, indo buscar os melhores que tinham, sabendo fazer bem aquilo que pretendiam, para que no futuro não estivessem outra vez ali a falar da falta de condutas em determinados sítios, a falta de pressão de água e as percas de água acima de 50%. Concluiu que depois de tudo isto, deveriam então, ter a capacidade para discutir o preço da água.

Tomou a palavra o eleito Fernando Carmosino, da CDU, para esclarecer que relativamente à questão do sistema, estavam conversados e respeitados. Sobre os investimentos disse achar não ser nenhuma inconfidência, até porque em Reunião de Câmara no ano de 2012, isso já era uma visão, pois nesse mesmo ano tinham sido aprovados um conjunto de projetos como as águas do Monte da Pedra, Aldeia da Mata, Vale do Peso, etc.

Declarou que estes projetos eram os mesmos que hoje tinham de encaixar, de fazer e na altura tinham sido aprovados por unanimidade, mas de forma brilhante, em seguida, chumbaram o Orçamento, assim como o empréstimo. Afirmou que por todos estes motivos, alguém era responsável desde 2012 até agora, por estes investimentos não terem sido feitos e o senhor Presidente tivesse ainda hoje de falar nas condutas, nas percas, etc.

Expôs que as Câmaras tinham outra coisa como garrote e que se chamava ERSAR, mas o que estavam a discutir era a estrutura para fazerem investimento na modernização da rede em baixa, de onde advinha uma outra questão que estava tão mal contada como o ranking da Escola. Elucidou que a ERSAR fazia as contas em como uma Câmara Municipal pagava às Águas do Norte Alentejano 100 e apenas tinha recebido dos Municípios 50, cobrando dessa forma apenas despesa referente a 50.

Lembrou que atualmente o Regulamento dizia que quem não cobrasse 70% da água consumida, não se podia candidatar a certos fundos comunitários. Lembrou também que a ERSAR não contava os tanques, não contava a capacidade de solidariedade de algumas Câmaras, que em algumas IPSS's nem contador tinham montado, não contava com o facto de algumas Câmaras não debitarem a água aos postos da GNR, às Escolas e a outros e desse modo, como não sendo faturada, contava como perca. Informou que uma Câmara nesta situação, estava na contingência de não se poder candidatar a determinados fundos comunitários porque não tinha uma cobertura de 70% de cobrança.



Completo que as Câmaras, face a estas regras, não podiam oferecer a água às Instituições e como tal, era-lhes cobrada e depois atribuíam um subsídio no mesmo valor à respetiva Instituição. Expôs que desta forma a imagem real das percas era diferente, percebendo-se não se perder tudo nas condutas e os escândalos como os de Alcórrego seriam mais fáceis de evitar. Completo as suas declarações afirmando saber que o preço da água iria aumentar, assim como poderem terminar os tarifários e a água ser cobrada ao metro cúbico, mas quando se viesse a discutir a construção depois dos investimentos, teriam de discutir a questão da elaboração do tarifário. Concluiu afirmando que muitos Municípios tinham os tarifários desequilibrados, mas não era por causa da água e sim por causa dos resíduos.

Após análise, a Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **aprovar** a referida proposta por **maioria**, a saber:

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Batista Marques, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Manuel Maria Moura Tavares de Carvalho Martins, Eduarda Maria Subtil Pires, José Filipe da Conceição Carrilho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

**PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:**

Não se verificaram pedidos de intervenção por parte do público.



De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às dezasseis horas e quarenta e sete minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

*Sandra Maria Sias Cardoso*  
*Cristina Isabel dos Santos Pereira*